



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : GTRT AGROPECUARIA LTDA
CNPJ/CPF : 28.154.701/0001-02
Empreendimento : FAZENDA PINHAL, MIRANTE E SANTO ANTÔNIO
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda RODOVIA FERNÃO DIAS BR 381, KM 642 número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 37262-000 Santo Antônio do Amparo - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Santo Antônio do Amparo (LAT) -20.9408, (LONG) -44.8483
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 3210/2022

Motivo da decisão:

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes dos estudos ambientais, sugere-se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento GTRT Agropecuária Ltda - Fazenda Pinhal, Mirante e Santo Antônio, para a atividade de Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura – código G-01-03-1, nos municípios de Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, devido a insuficiência das informações complementares apresentadas bem como as divergências encontradas nos estudos.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 03/10/2022.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 03/10/2022 09:30 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.